

*Econ. Brasil*

2 Brasília, quarta-feira, 4 de abril de 1990

# CORREIO BRAZILIENSE

*Na quarta parte nova os campos atra.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMÕES, e, VII e 14.*

**Diretor-Geral**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor-Superintendente**  
Edilson Cid Varella

**Diretor-Responsável**  
Ari Cunha

**Editor-Geral**  
Ronaldo Martins Junqueira

**Gerente-Geral**  
Alberto de Sá Filho

**Gerente Financeiro**  
Evaristo de Oliveira

**Gerente Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Gerente Comercial**  
Maurício Dinépi

## A Nação em primeiro lugar

A primeira condição para o funcionamento normal da economia, nos países filiados aos princípios capitalistas, é a manutenção do Estado em posição equidistante das funções reservadas à iniciativa privada e do excesso de intervencionismo regulador. Circunstâncias históricas empurraram a organização estatal brasileira para o campo da competição particular, em razão da inexistência, então, de poupanças suficientes para dinamizar os fatores estruturais de enriquecimento.

Todavia, cumprindo esse papel pioneiro, o Estado não só expandiu unidades produtivas originalmente instaladas como, em lances cada vez mais ousados, ocupou área hegemônica no espaço da economia. Transformou-se em verdadeiro leviatã, para usar a expressão bíblica tão ao gosto de Hobbes, com a extensão de seus tentáculos onde quer que se vislumbrasse alguma forma de exploração econômica. E, como um Estado dentro de outro, o imenso complexo empresarial público acabou por afirmar-se como entidade autárquica, sob o comando de tecnocratas ambiciosos, virtualmente liberta de qualquer controle da autoridade governamental.

A incursão turbulenta do Estado sobre o delicado terreno das relações empresariais de produção construiu, ao longo do tempo, um império de ambiguidades, onde as notas dominantes passaram a ser a incompetência gerencial, o mais deslavado nepotismo e a concessão de privilégios abusivos ao corpo de tecnocratas e funcionários. Ao Governo ficou reservada a obrigação de suprir com os recursos tomados à sociedade os prejuí-

zos cada vez maiores das empresas estatais, fontes substanciais do déficit público hoje orçado em torno de 104 bilhões de dólares.

O estrangulamento da iniciativa privada gerou uma sorte de desenvolvimento capenga, porque apesar de encontrar-se entre as dez maiores economias do Ocidente, o Brasil apresenta os mais alarmantes indicadores sociais, em concorrência, por exemplo, com Bangladesh. Nenhuma reforma sensata do sistema produtivo no Brasil, salvo se considerada pelo ângulo senil das doutrinas socialistas poderá resultar eficiente se o Estado não for desmobilizado, súbita e urgentemente, de suas funções empresariais, tomadas por esbulho aos agentes particulares da economia.

Há um lobby instalado no Congresso, com atuação extremamente agressiva, no sentido de impedir a liquidação de entidades públicas transbordantes das necessidades governamentais e a privatização de empresas sem qualquer razão, exploradas pelo Estado. O coro de lamentações e os acenos ao emocionalismo, os argumentos contra o desemprego, a litanhia de alguns alcançados pelas medidas certamente não podem prevalecer sobre os interesses majoritários da sociedade. Sabe-se que as medidas causam danos sociais, mas em proporção infinitamente inferior aos benefícios a serem proporcionados ao País. É indispensável referendá-las para que, afinal, a Nação possa reencontrar-se com os caminhos da prosperidade, posto o Estado a cumprir, como nunca fez, os seus deveres institucionais.